

‘ASFALTO PODRE’

Prefeitura precisa de oito anos para recuperar vias deterioradas

São 1,5 mil km de ruas asfaltadas que precisam passar por recapeamento, o mesmo que 55,5% da área pavimentada

TAINÁ JARA

Maior motivo de insatisfação entre os campo-grandenses, a buraqueira das ruas não tem solução definitiva a curto prazo. De acordo com o subsecretário de Infraestrutura e Serviço Público, Ariel Serra, com investimento (hipotético) de R\$ 150 milhões por ano em recuperação de pavimento, seriam necessários pelo menos oito anos para recapear a malha asfáltica da Capital. Atualmente, dos 2,7 mil quilômetros pavimentados, 1,5 mil km precisam ser recuperados urgentemente.

Se depender do orçamento previsto para 2018, o problema continuará sem solução. A perspectiva é investir R\$ 100 milhões em infraestrutura, porém, maior parte deste dinheiro é repassado à concessionária CG Solurb para execução dos serviços de coleta e destinação de lixo.

Sobram aproximadamente R\$ 70 milhões para os demais investimentos. Isto inclui a conclusão de obras paralisadas; as contrapartidas necessárias para as obras iniciadas com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Pavimentação e Mobilidade Urbana, além do custeio dos serviços de tapa-buraco.

A insuficiência do orçamento municipal foi relatada pelo

100 mi

INVESTIDOS
De acordo com subsecretário de Infraestrutura e Serviços Públicos, Ariel Serra, do empréstimo de R\$ 500 milhões pleiteados com o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), apenas R\$ 100 milhões foram autorizados. Em fevereiro deste ano, o prefeito Marcos Trad reuniu-se, em Brasília, com a bancada estadual para viabilizar recursos federais.

subsecretário na audiência pública “Asfalto digno em Campo Grande”, realizada na tarde de ontem na Câmara Municipal. “O orçamento é como um cobertor curto. Quando você sente frio na orelha e puxa para cobrir, fica de fora o seu pé. E quando você puxa para cobrir o pé, fica de fora a cabeça”.

Serra afirma que a única solução viável e imediata para amenizar o problema, sem precisar de investimentos externos, seria debater a realocação dos orçamento com os vereadores. “Precisamos ver como vamos conseguir alocar esses recursos no orçamento

para fazer frente a esta necessidade”.

FEDERAL

Apenas uma pequena parcela dos recursos federais disponíveis para a Capital é destinada para a recuperação asfáltica. Conforme o subsecretário, dos R\$ 34 milhões já contratados pela Caixa Econômica Federal, R\$ 14 milhões serão destinados para a revitalização de pavimento.

Entretanto, são previstos apenas microrrevestimentos na espessura de um centímetro. Esta medida é insuficiente para corrigir irregularidades mais graves. O serviço será aplicado em 250 quilômetros de ruas.

Parte dos recursos do PAC Pavimentação também será aplicada na recuperação de vias. Dos R\$ 300 milhões previstos, 20% pode ser utilizado para recapeamento. O problema é que a aplicação deste dinheiro está paralisada desde o ano passado, quando a concessionária Águas Guariroba interrompeu o plano de universalização do esgoto na Capital.

Sem a implantação desta estrutura, a prefeitura não pode asfaltar as ruas. A empresa parou o serviço, que estava sendo executado no Bairro Nova Lima, depois que o Tribunal de Contas do Estado (TCE) pediu a suspensão do 3º e 4º



VALDENIR REZENDE

PRECÁRIO. Asfalto da Avenida Bandeirantes é um dos piores da Capital e está completamente retalhado

aditivos contratuais, que aumentavam em 30 anos o tempo de exploração da rede de água e de esgoto pela empresa. Os conselheiros analisam se houve irregularidades nas cláusulas inclusas posteriormente.

TAPA-BURACO

Parte dos R\$ 150 milhões anuais que a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviço Público (Sisep) calcula ser necessária para a recuperação asfáltica seria aplicada também em tapa-buraco. A administração municipal

ficou cinco anos sem abrir licitação para contratar empresas a fim de executar este serviço, o que ocorreu apenas no ano passado.

O certame demorou quase nove meses para ser concluído, passando por uma série de recursos judiciais, além de suspensão por parte do TCE. Quatro empresas foram contratadas no valor de R\$ 34 milhões: a MR & JR Locação de Máquinas e Equipamentos, a Pavitec Construtora, a Diferencial Serviços e Construções e a Gradual Engenharia e Consultoria.

PARCERIA

Outra saída para resolver o problema crônico da má qualidade do asfalto das ruas e avenidas de Campo Grande seria entregar para a iniciativa privada todo o trabalho de conservação e manutenção das vias públicas da zona urbana. A prefeitura ainda estuda a medida, que seria na modalidade de Parceria Público-Privada (PPP). Ainda não há, porém, consenso se apenas uma empresa administraria toda a malha ou se ela seria dividida em lotes.

TRIBUTO

Carnês da taxa do lixo começam a ser entregues a 416 mil contribuintes

RAFAEL RIBEIRO
NATALIA YAHN

A Prefeitura de Campo Grande informou que todos os 416.894 imóveis passíveis de recolhimento da nova taxa do lixo deverão receber o boleto para pagamento do tributo até sexta-feira, 13. A entrega começou ontem pela manhã. E a data de vencimento da primeira parcela já é no dia 20 de abril.

Segundo nota da assessoria de imprensa, é esperado que 90% dos 267 mil boletos emitidos sejam entregues quarta-feira. A expectativa da prefeitura é de que sejam arrecadados cerca de R\$ 45 milhões ao todo, incluindo na conta quem já pagou o tributo entre o fim de 2017 e início deste ano.

A prefeitura já anunciara anteriormente que 87% da população pagará até R\$ 200 pelo tributo. O restante é isento ou pagará mais de R\$ 200,00.

Na sexta-feira (6), o juiz David de Oliveira Gomes Filho, da 2ª Vara de Direitos Coletivos e Individuais da Capital, concordou com a extinção do processo que trata sobre a cobrança abusiva da taxa do lixo no município.

A decisão foi em decorrência da ação movida contra a Prefeitura de Campo Grande, pelo vereador Lívio Viana de Oliveira (PSDB), mas que, em manifestação, concordou com a petição da administração municipal sobre “perda de objeto” do processo. O Ministério Público Estadual (MPE) teve o mesmo entendimento.

Isto porque a própria prefeitura cancelou os lançamentos da taxa e criou uma outra regulamentação para refazer os cálculos. Ocorre que estas novas normas não são objeto da ação movida pelo administrativo municipal, MPE e pelo vereador.

Em decisão de 18 de janeiro deste ano, o juiz David de Oliveira suspendeu a cobrança, que havia sido emitida com o carnê do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), entre dezembro de 2017 e janeiro de 2018. Os valores muito acima do esperado geraram reclamações e ações na Justiça, o que obrigou a prefeitura a rever os cálculos.

A taxa passou a vigorar para pagar parte do contrato da prefeitura com a CG Solurb, concessionária que gerencia os resíduos sólidos na Capital. Dos R\$ 85 milhões totais da contratualização, R\$ 65 milhões são referentes efetivamente à coleta de lixo. E é exatamente esse último valor que deverá ser arrecadado por meio da tributação, mas só a partir de 2019.

A partir do ano que vem, quando a cobrança for normalizada e calculada de acordo com os 12 meses do ano, a expectativa é de que os R\$ 65 milhões sejam efetivamente custeados pela população.

Este ano, como a cobrança está sendo feita somente a partir de abril, os três primeiros meses ficam fora da arrecadação, que deve chegar a R\$ 45 milhões.

EDUCAÇÃO

Sindicato entra em acordo, mas federação mantém paralisação

LUCIA MOREL

Representados por duas entidades distintas em Mato Grosso do Sul, parte dos servidores que atuam no setor administrativo das escolas estaduais pode entrar em uma greve de 20 dias, a partir de hoje. No entanto, o governo do Estado afirma ter firmado acordo com o Sindicato dos Funcionários Administrativos da Educação em Mato Grosso do Sul (Sinfae-MS), o que pode evitá-la.

A Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (Fetems) também representa a categoria e confirma greve a partir de hoje, com ato em frente à Secretaria de Educação, no Parque dos Poderes, às 9 horas. Em seguida, o grupo segue para a Governadoria.

Nota do governo do Estado e também do Sinfae informa, entretanto, que o sindicato “é o representante sindical dos

administrativos, conforme decisão da Justiça”. O acordo firmado foi de reajuste de 3,04% (concedido a todas as categorias de servidores), a incorporação aos salários do abono de R\$ 200 a partir de março de 2019 (também a todos os servidores) e o auxílio-alimentação de R\$ 100 válido a partir deste mês, para os administrativos especificamente.

A greve definida na semana passada pela Fetems levou em conta que os servidores administrativos, sem o abono incorporado este ano, continuariam recebendo abaixo do salário mínimo. O Estado rebate essa informação, afirmando que “mesmo na tabela de salários do grupo constar para administrativo da educação em início de carreira remuneração inferior ao mínimo, nenhum servidor recebe menos que o piso nacional”, conforme nota.

TRANSPORTE

Aplicativo ‘chama’ ônibus e informa paradas aos cegos

Criado pela Agência Municipal de Tecnologia da Informação e Inovação (Agetec), o aplicativo “Todos no Ônibus” atende os deficientes visuais de Campo Grande. Com ele, o usuário informa o ponto de parada que está esperando e um alerta aparece no tablet instalado no painel do ônibus, para o motorista. Com isso, o condutor sabe em que ponto parar.

SEM RECAPEAMENTO

Concessionária de água é criticada em audiência

A concessionária Águas Guariroba foi alvo de críticas de vereadores, conselheiros e representantes da administração municipal, em audiência pública realizada ontem na Câmara de Vereadores. Entre as principais reclamações estavam o dano a vias já asfaltadas, em razão das intervenções de equipes da empresa, e a falta de execução das contrapartidas previstas em contrato.

De acordo com o subsecretário de Infraestrutura e Serviço Público, Ariel Serra, no ano passado, a empresa teve lucro líquido de R\$ 140 milhões. “Se ao menos 5% disto fosse destinado para recapeamen-

to de ruas, já nos ajudaria”. Em 2017, empresa deu início ao recapeamento de uma série de vias de Campo Grande.

A previsão era recapear 15 vias no valor de R\$ 7 milhões. A medida estava prevista em contrato de concessão de exploração dos serviços de água e de esgoto. Entretanto, o cronograma não foi executado.

A paralisação ocorreu com a suspensão do plano de universalização da rede de esgoto. As medidas foram adotadas pela empresa depois que o Tribunal de Contas do Estado (TCE) suspendeu o 3º e o 4º aditivos contratuais entre a empresa e a prefeitura.

TRÂNSITO

Novo comandante promete mais rigor na Lei Seca

Com um novo comandante à frente do Batalhão de Polícia Militar de Trânsito, os motoristas devem esperar uma fiscalização mais rigorosa a partir desta semana em Campo Grande. O tenente-coronel Franco Alan da Silva Amorim assumiu o

cargo. “Vamos focar toda a energia de trabalho com o fortalecimento da Lei Seca e prevenção. Diariamente, estaremos nas ruas fazendo blitzes para diminuir os acidentes que impactam negativamente nos gastos públicos”, ressaltou.

GRUPAMENTO DE APOIO DE CAMPO GRANDE

MINISTÉRIO DA DEFESA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/GAP-CG/2018

OBJETO: Registro de preço de material tático-operacional. Abertura das propostas no dia 20/04/2018 às 09h 30min, HORÁRIO DE BRASÍLIA, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br. Edital disponível, a partir do dia 10/04/2018, no www.comprasgovernamentais.gov.br.